



Câmara dos Deputados

PL 1.872/2020

Autor: Júlio Delgado

Data da Apresentação: 14/04/2020

Ementa: Institui a obrigatoriedade de utilização de EPIs para os prestadores de serviço de entrega domiciliar durante o período de emergência em saúde pública - COVID - 19

Forma de apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Texto Despacho:

Defiro a retirada do Projeto de Lei n. 794/2020 nos termos dos arts. 104, *caput*, e 114, VII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Por conseguinte, submeta-se o Projeto de Lei n. 1.665/2020 à apreciação do Plenário, à tramitação em regime de urgência (art. 155, RICD) e a parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, de Seguridade Social e Família, do Trabalho, de Administração e Serviço Público e da Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 do RICD)

Outrossim, apense-se o Projeto de Lei n. 1.872/2020 ao Projeto de Lei n. 1.665/2020.

Publique-se. Arquive-se.

[ATUALIZAÇÃO DO DESPACHO DO PL N. 1.665/2020: CDEICS, CSSF, CTASP e CCJC (art. 54 do RICD). Proposição sujeita à apreciação do Plenário. Regime de Tramitação: urgência (art. 155 do RICD)].

Regime de tramitação: Urgência (Art. 155, RICD)

Em 01/12/2020



RODRIGO MAIA
Presidente da Câmara dos Deputados